FOLHA DE S.PAULO
★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 08/07/2023 - 05:59

Câmara aprova mudança em arbitragem da Receita

Em vitória para Haddad, Câmara aprova projeto que muda o Carf

Proposta, que vai ao Senado, só passou após ministro abrir mão de pontos importantes para Fazenda

Lucas Marchesini e Victoria Azevedo

BRASÍLIA A Câmara dos Deputados aprovou nesta sexta-feira (7) o projeto de lei que muda regras de funcionamento do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), tribunal administrativo que julga disputas bilionárias entre União e contribuintes sobre o pagamento de impostos.

O resultado, aprovado simbolicamente, representa uma vitória parcial do ministro Fernando Haddad (Fazenda) —que, após resistências da ras do Congresso, teve que negociar um meio-termo e até transformar a MP (medida provisória) em projeto de lei para ver o texto avançar.

O projeto é um dos principais itens do pacote de ajuste fiscal apresentado por Haddad em janeiro para tentar reequilibrar as contas públicas, que vão retornar ao terreno negativo em 2023 após a expansão de despesas iniciada durante a transição de governo. O ministro também precisa do texto para gerar receitas de forma a buscar compensar o crescimento de gastos gerado pelo novo arcabouço fiscal nos próximos anos.

A Fazenda estima que a perda do veto de qualidade tenha gerado uma perda de R$ 59 bilhões para a arrecadação pública. Uma reintrodução do mecanismo representaria, portanto, uma parcela significativa dos R$ 152 bilhões que o governo precisa para zerar o déficit primário do ano que vem. Não há até o momento nova estimativa da Fazenda após as mudanças no projeto.

A aprovação do texto do Carf veio após uma intensa negociação da Fazenda com a Câmara, que a princípio tinha fortes resistências às modificações. O próprio Haddad dialogou diretamente com o setor privado, com congressistas, com o relator da matéria, deputado Beto Pereira (PSDB-MS), e com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), para negociar a matéria e tornar o texto menos rigoroso para os contribuintes.

O plano inicial era votar o texto na segunda-feira (3), mas as dificuldades para aprovar a Reforma Tributária, que acabou aprovada somente na madrugada desta sexta, jogaram a análise do projeto que altera as regras do Carf para o último dia de sessão do Congresso antes do recesso branco. Chegou a ser cogitada a votação do projeto somente em agosto.

A principal mudança no texto, que agora precisa ser aprovada pelo Senado, envolve o chamado voto de qualidade. O projeto aprovado prevê condicionantes para a volta do mecanismo —que determina que, em caso de empate nas votações do tribunal, caberá o presidente do colegiado (indicado pela Fazenda) o poder de decisão sobre o caso.

O relator da matéria usou como base o acordo feito em fevereiro entre Fazenda, Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas) e OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) livrando contribintes de multas e com descontos nos juros em caso de empate no julgamento do Carf.

O veto de qualidade foi derrubado em 2020 pelo Congresso, ampliando as perdas da União no tribunal —que já servia como instrumento de manobra de grandes empresas para adiar por anos o recolhimento de tributos.

O texto final retirou um ponto que causou divergência até mesmo dentro do Executivo, a previsão de conceder alívio em multas e juros até para devedores que tinha condições de pagar os débitos. O trecho não estava no projeto enviado pelo governo e só foi incluído no texto por Pereira, mas foi retirado após negociação.

A medida abriria caminho para uma ampliação significativa da chamada transação tributária, cuja lei foi sancionada em 2020 para ser aplicada à negociação de débitos irrecuperáveis ou de difícil recuperação.

Outra mudança envolveu o valor mínimo em disputa para que o contribuinte possa recorrer ao Carf. O piso é hoje de 60 salários mínimos (R$ 79,2 mil), e o projeto de Haddad subiria esse limite para 2.000 mínimos (R$ 1,32 milhão) —ou seja, dificultando o acesso ao conselho. O relator, no entanto, rejeitou a mudança proposta por Haddad e seguiu a regra atual (60 mínimos).

A avaliação majoritária da Câmara é que a mudança proposta pela Fazenda limitava a capacidade de contribuintes de questionar as infrações lançadas pela Receita Federal.

A Casa também revia a chamada "classificação de conformidade", iniciativa incluída no projeto e que autoriza a Receita a deixar de punir contribuintes que tenham uma espécie de selo de bom pagador de tributos caso eles deixem de cumprir momentaneamente alguma obrigação ao fisco.

A ideia do governo é que o conceito de conformidade seja baseado em critérios como regularidade do cadastro e do recolhimento dos tributos, exatidão das informações prestadas, entre outros itens definidos pela Receita.

O relator mudou a redação e estabeleceu que a classificação considerará também a compatibilidade de escriturações e declarações e outros critérios a serem definidos pela Receita. Seu objetivo era especificar mais o que define quem é um bom pagador.

A aprovação passou também por um acordo com a FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), um dos principais grupos da Câmara, e que inicialmente se posicionou contra o texto.

A base do governo acatou três pedidos feitos pela FPA, um dispositivo para renegociação de dívidas de cooperativas do agro, outro que beneficiou o setor de sementes e um terceiro para impedir a liquidação antecipada das garantias.

Inicialmente, o texto havia sido enviado ao Legislativo como uma MP, mas, diante da contrariedade de Lira com o rito da tramitação desse tipo de texto e sob risco de perda de validade, a matéria foi transformada em um projeto de lei com regime de urgência.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad Pedro Ladeira - 7.Jun.23/Folhapress

Entenda o Carf

O que é? Tribunal administrativo que decide em 2ª e 3ª instâncias disputas entre governo e contribuintes sobre pagamentos de impostos

O que é o voto de qualidade? Poder de um representante do governo decidir o julgamento (a favor ou contra o contribuinte) em caso de empate

O que foi feito em 2020? Foi extinto o voto de qualidade, fazendo com que empates automaticamente desseem ganho aos contribuintes. O governo fala em perda anual de R$ 59 bilhões com a medida

O que o governo Lula decidiu em janeiro? O governo enviou ao Congresso uma MP que recriava o o voto de qualidade, com efeito imediato. A iniciativa precisaria do aval do Congresso em quatro meses para não perder a validade. Depois, a MP foi transformada em projeto de lei

O que o governo negociou depois disso? A Fazenda e representantes das empresas chegaram a um meio-termo com uma espécie de "regulamentação" do voto de qualidade: em caso de empate, permaneceria a cobrança do valor principal do débito, mas são cortados multas e juros (desde que a dívida seja quitada ainda em âmbito administrativo).

Qual a situação no Congresso? Texto vai o Senado. Se for alterado, voltará para a Câmara

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Pagina:** 19

Copyright © Clipclap 2026.